



v. 5, n.5, jan/jul. 2019 | ISSN: 2527 - 1253

TRANSFORMAÇÕES ECONÔMICAS E SOCIOECONÔMICAS DO MUNICÍPIO DE ITAGUAÍ / RJ A PARTIR DA CHEGADA DE GRANDES INVESTIMENTOS: UMA ANÁLISE DOS ANOS 2005 A 2015

Dayenne Gomes Brandão de Oliveira *

Lamounier Erthal Villela **

Carlos Alberto Sarmento Nascimento ***

* Mestranda em Economia Regional e Desenvolvimento (PPGER/UFRRJ) e Bacharel em Economia (UFRRJ). E-mail: dayennegomes@hotmail.com

**Professor do Programa de Pós-graduação em Ciência, Tecnologia e Inovação em Agropecuária (PPGCTIA/UFRRJ) e do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas (PPGDT/UFRRJ)

**Doutorando em Ciência, Tecnologia e Inovação Agropecuária (PPGCTIA - UFRRJ), Mestre em Desenvolvimento territorial e políticas públicas (PPGDT - UFRRJ), integrante do Laboratório de Pesquisa em Desenvolvimento Territorial e políticas públicas (LPDT / UFRRJ). E-mail: ca.sarmiento@ig.com.br

Resumo: Este trabalho através de dados socioeconômicos busca analisar as transformações pelas quais o município de Itaguaí passou durante os anos de 2005 a 2015 com a entrada de um grande capital na cidade. O objetivo da pesquisa é verificar se estas transformações produtivas, territoriais, econômicas e sociais se desdobraram em um processo de desenvolvimento local para a região ou apenas resultaram em um crescimento econômico. Durante os anos analisados, o município de Itaguaí recebeu investimentos de capital privado e público, com interesses pelo favorecimento logístico e geográfico da região. Esta característica pelo contexto histórico de Itaguaí sempre teve papel de destaque nas atividades econômicas desempenhadas pelo município. Dessa forma, entender como se deu a entrada desse capital e a sua relação com a população local e o próprio poder público de Itaguaí também são ferramentas de análise para poder concluir a quem estes empreendimentos de fato estão beneficiando. Logo, esta pesquisa espera responder a estes questionamentos e apresentar informações que de alguma forma sejam capazes de esclarecer este processo de transformações e de desenvolvimento na região.

Palavras-chave: Desenvolvimento local, crescimento econômico, território

Abstract: This work through socioeconomic data seeks to analyze the transformations that the municipality of Itaguaí spent during the years 2005 to 2015 with the entry of a large capital in the city. The objective of the research is to verify if these productive, territorial, economic and social transformations unfolded in a process of local development for the region or only resulted in an economic growth. During the analyzed years, the municipality of Itaguaí received investments of private and public capital, with interests for the logistic and geographical favor of the region. This characteristic by the historical context of Itaguaí always had a prominent role in the economic activities carried out by the municipality. In this way, understanding how the entry of this capital and its relationship with the local population and the public power of Itaguaí are also tools of analysis to be able to conclude to whom these enterprises are in fact benefiting. Therefore, this research hopes to respond to these questions and present information that in a way is able to clarify this process of transformation and development in the region.

Keywords: Local development, economic growth, territory

Resumen: Este trabajo a través de datos socioeconómicos busca analizar las transformaciones por las cuales el municipio de Itaguaí pasó durante los años 2005 a 2015 con la entrada de un gran capital en la ciudad. El objetivo de la investigación es verificar si estas transformaciones productivas, territoriales, económicas y sociales se desdoblaron en un proceso de desarrollo local para la región o apenas resultaron en un crecimiento económico. Durante los años analizados, el municipio de Itaguaí recibió inversiones de capital privado y público, con intereses por el favorecimiento logístico y geográfico de la región. Esta característica por el contexto histórico de Itaguaí siempre tuvo un papel destacado en las actividades económicas desempeñadas por el municipio. De esa forma, entender cómo se dio la entrada de ese capital y su relación con la población local y el propio poder público de Itaguaí también son herramientas de análisis para poder concluir a quienes estos emprendimientos de hecho se están beneficiando. Por lo tanto, esta investigación espera responder a estos cuestionamientos y presentar informaciones que de alguna forma sean capaces de esclarecer este proceso de transformaciones y de desarrollo en la región.

Palabras clave: Desarrollo local, crecimiento económico, territorio

Introdução

As ideias desenvolvimentistas que tinham predominância como ideologia para se alcançar a industrialização e o crescimento econômico brasileiro entre os anos da década de 1970 e 1980 vão perdendo espaço. “A perda foi o reflexo, no plano ideológico, da evolução econômica, em particular da aceleração inflacionária, da profunda e prolongada crise externa e fiscal, do enfraquecimento do Estado desenvolvimentista e da consequente estagnação.” (BIELSCHOWSKY, 2012). Foi nesse contexto que as ideias neoliberais ganharam novamente força como modelo a ser seguido e com a consolidação da Constituição da República de 1988 houve um processo de descentralização das responsabilidades político-administrativas do poder central para os estados e municípios. Assim, o processo de crescimento econômico deve ser resultado da importância que é dada ao local, ele passa a ter papel de articulador e promotor do desenvolvimento.

Grande parte dos estudos em desenvolvimento foram baseados na premissa de que este seria alcançado através da ação do Estado ou via a auto regulação do mercado. (MULS, 2008). Todavia, explicar o processo de desenvolvimento como resultado ou da ação estatal ou da ação do mercado chegou ao seu limite. O processo de desenvolvimento não deve ser pautado apenas em fatores econômicos, este processo deve ser baseado em um contexto mais amplo, o qual deve ser considerado questões históricas, políticas, sociais, culturais, ambientais e institucionais. Conforme o avanço dos estudos, esta dicotomia foi sendo deixada de lado, e assim há uma convergência entre a intervenção do Estado e o mercado, alcançando assim um equilíbrio entre essas forças.

O objeto de estudo desse trabalho é o município de Itaguaí, Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro. Ao longo da sua história foi marcado por ser uma região com estrutura econômica rural (IKEDA, 2017). Entretanto, entre a década de 1960 e 1970 o município passou a receber seus primeiros investimentos no ramo industrial e portuário, sendo elas o Porto de Sepetiba, atualmente Porto de Itaguaí, nesse mesmo período foi também inaugurado a empresa Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. (Nuclep). A partir dos anos 2000, Itaguaí recebeu nos limites da municipalidade novos grandes investimentos: A ThyssenKrupp Companhia Siderúrgica do Atlântico (CSA), Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), Porto Sudeste do Brasil S/A, Estaleiro da Marinha do Brasil a partir do Pro-

grama de Desenvolvimento do Submarino de Propulsão Nuclear (PROSUB) em parceria com a Construtora Norberto Odebrecht e sua subsidiária a Odebrecht Defesa e Tecnologia; o Arco Metropolitano e o Centro de Tratamento de Resíduos do Rio de Janeiro (CTR RIO), que pertencia ao município de Seropédica até o início de 2016. Além de outros empreendimentos no Distrito Industrial de Santa Cruz.

Dessa forma, o objetivo deste trabalho é analisar as transformações socioeconômicas no município de Itaguaí a partir de dados econômicos, que se dobraram nas ações práticas do ramo industrial siderúrgico e portuário dos empreendimentos instalados na região, durante os anos de 2005 até 2015. Utilizando-se de conceitos a respeito de desenvolvimento e crescimento econômico, além da ideia de desenvolvimento local.

Assim, o que se busca entender é o modelo de desenvolvimento gerado no município de Itaguaí durante o seu processo de industrialização e urbanização, ou seja, durante o período que houve o ingresso de um grande capital no município e por assim, transformando a produção e a economia da região. De modo que seja possível analisar as transformações ocorridas durante o período delimitado na pesquisa. Utilizando-se de fatores econômicos e sociais para poder concluir se este modelo trouxe apenas um crescimento econômico para o município, ou se conseguiu ir além e ser transformado em um desenvolvimento local.

Fundamentação teórica

Desde 1930 o Brasil seguiu um modelo desenvolvimentista que buscou a industrialização do país, com um Estado centralizador e planejador do crescimento econômico brasileiro. Conforme Bielschowsky (2012), este modelo foi marcado por forte presença do Estado, no qual lhe era atribuído função de articular e promover a infraestrutura necessária para se alcançar o nível industrial desejado. Até 1980, o desenvolvimentismo “era o projeto de industrialização integral como via de superação da pobreza e do subdesenvolvimento” (Ibid, 2011).

Este modelo de crescimento do governo nacional começou a dar sinais de crise na década de 1970. Raposo (2010) e Bielschowsky (2012) relatam que a crise do Estado nacional é agravada com uma crise externa, crise fiscal e também pela crescente inflação

brasileira. Por conta dessas deficiências, fica de lado o Estado desenvolvimentista. O foco da política econômica do país passou a partir de então ser a estabilização monetária. Assim, o poder executivo perde sua função de promotor do desenvolvimento nacional.

Fiori (1994) também salienta que foi durante a década de 1980 no aspecto da economia e da divisão internacional do trabalho que houve os principais desafios para o Estado nacional sobreviver, visto que durante 1970 se seguiu uma crise internacional, o fim do padrão ouro e os choques do petróleo. Os países capitalistas ocidentais responderam a esses estrangulamentos com um modelo neoliberal conservador, onde se tinha como foco a desregulamentação, a estabilização e a privatização.

É nesse cenário que se consolida a Constituição da República em 1988, na qual trouxe transformações para o Estado brasileiro. A partir da nova Constituição ocorre a descentralização do poder que antes era concentrado na União para maior autonomia entre estados e municípios. Com a transferência de poder não mais concentrada em uma única esfera do governo, ocorre uma nova dinâmica, na qual estados e municípios se tornam catalisadores para alcançar o desenvolvimento, isto via o fortalecimento do local, ou seja, o local passa a assumir papel de destaque frente a um processo de desenvolvimento.

Um ponto a ser destacado em processos de desenvolvimento é o entendimento que desenvolvimento e crescimento econômico devam ser compreendidos como sinônimos. Para economistas como Furtado, “o desenvolvimento compreende a ideia de crescimento, superando-a” (FURTADO, 1983). Crescimento é uma medida quantitativa que mede a produtividade, o fluxo de renda, enquanto ao desenvolvimento também lhe é atribuído este mesmo efeito, no entanto, para se alcançar ao desenvolvimento deve haver mudanças estruturais mais complexas, onde ocorre uma modificação na produção e distribuição da riqueza. Mudanças na função de produção ou até mesmo a entrada de novos recursos advindos de outros setores da economia resultarão em crescimento. Quando este aumento de produtividade gera aumento de renda, levando a um aumento de demanda, que não seja anulado pelo aumento das importações, resultará em desenvolvimento.

Bresser Pereira (2008) critica Furtado em sua afirmação de que desenvolvimento supera ao crescimento, pois

segundo Bresser, este modo de análise é limitado, já que o próprio Furtado defende que ambos fenômenos geram aumento de produção e por consequência aumento da renda. Logo, mesmo que desenvolvimento e crescimento econômico possam ter implicações diferentes, ao analisá-los historicamente e empiricamente, possuem o mesmo significado.

Ainda conforme Bresser Pereira (2008), o autor completa a sua defesa pelo uso sinônimo dos termos crescimento econômico e desenvolvimento econômico ao introduzir a ideia de que ao se separar o conceito de desenvolvimento econômico de crescimento econômico, na verdade almejam por outros tipos de desenvolvimento, um desenvolvimento que não deveria ser entendido como desenvolvimento econômico, e sim, como progresso ou desenvolvimento humano, já que nesse sentido, se alcançaria um desenvolvimento político, social e ambiental

É nesse sentido, que a ideia de um processo de desenvolvimento pautado na valorização territorial, em aspectos de um desenvolvimento que seja multidimensional, respeitando critérios que vão além do econômico, mas que sinalize outras dimensões, desde critérios políticos ao ambientais. Para Sachs (2008), desenvolvimento não pode ocorrer com ausência de crescimento, no entanto, crescimento não é suficiente para se alcançar desenvolvimento, e pode até mesmo levar a um mal desenvolvimento, que é caracterizado por um crescimento do PIB, porém este crescimento gerará desigualdades sociais, desemprego e pobreza.

No modelo de desenvolvimento local, questões particulares ao território assumem função estratégica, visto que se deve levar em consideração aspectos culturais, sociais, históricos. A população também tem papel de importância, pois deve ser um agente ativo nas transformações em curso, sempre se considerando estes fatores culturais, sociais e históricos em relação ao contexto econômico, cultural, político e social (ALBUQUERQUE, 1998).

Buarque (2008), define que desenvolvimento local é um processo endógeno. Este processo segundo o autor, movimenta a economia e condiciona uma melhora de vida da população.

O desenvolvimento local deve mobilizar e explorar as potencialidades locais e contribuir para elevar as oportunidades sociais e a viabilidade competitiva da economia local; ao mesmo tempo, deve assegurar a conservação dos recursos naturais locais, que são a base mesma de suas potencialidades e condição para a qualidade de vida da população local (Ibid, 2008, p. 25).

Vázquez Barquero (1988, apud Albuquerque, 1998) define que o desenvolvimento local é um desenvolvimento estrutural, que leva a uma melhora de vida da população. Nesse sentido esse desenvolvimento se dá em três dimensões:

- Econômica: os empresários locais devem organizar os fatores produtivos endógenos, de modo que a produtividade seja suficiente para competir nos mercados;
- Sócio-cultural: os valores e instituições locais apoiam e impulsionam o desenvolvimento;
- Político-administrativa: as políticas territoriais facilitam e apoiam o desenvolvimento

Buarque (2008) entende que no desenvolvimento local se deve dar importância ao dinamismo da economia, onde em regiões pobres e periféricas deve ser garantido o aumento da renda e riqueza local. Através do desenvolvimento local é possível superar o atraso, o subdesenvolvimento, via mudanças sociais em um território. O autor ainda define os três pilares deste processo:

- Interação e sinergia entre a qualidade de vida da população local: redução da pobreza, geração de riqueza e distribuição de ativos;
- Eficiência econômica: agregação de valor na cadeia produtiva;
- Gestão pública eficiente

No entanto, autores como Brandão (2012) lembram que apesar de o território ter passado a ganhar novamente espaço em discussões sobre desenvolvimento econômico, este processo de valorização do local, leva a um processo de competição entre diferentes regiões. Os locais se tornam tão competitivos quanto empresas, tentando mostrar seu diferencial pelo retorno que poderiam trazer a um determinado investimento. Para Santos (2006) “Essa rentabilidade é maior ou menor, em virtude das condições locais de ordem técnica (equipamentos, infraestrutura, acessibilidade) e organizacional (leis locais, impostos, relações trabalhistas, tradição laborais)”. Por via disto, o local também assume uma ótica produtivista, onde as atividades ali presentes vão atrair mais investimentos.

Apesar das críticas a valorização das questões locais frente a um processo de progresso, este tipo de desenvolvimento caracterizado pela valorização territorial, busca a

articulação, a mobilização entre seus atores, de modo que potencialize as vantagens existentes em determinada região. Este processo endógeno de desenvolvimento se preocupa com o bem coletivo e que as transformações, mesmo que sejam externas, possam se articular e internalizar em relação ao contexto existente naquele território, e assim, gerar uma melhora da qualidade de vida para a população e dinamismo para a economia de forma mais sustentável.

Contexto histórico do município

Itaguaí se destacou durante a sua história pela característica agrícola, tendo se beneficiado do ciclo econômico tanto da cana de açúcar quanto do café. Durante o ciclo do ouro, a então aldeia de Itaguaí se mostrou importante para a Coroa Portuguesa, isso por questões estratégicas geográficas, já que estava próxima ao Rio de Janeiro e pelas questões hidrográficas e de relevo da região, visto que havia uma proteção natural contra a ataques externos por conta Baía de Sepetiba. Assim, Itaguaí mostrava ser um ótimo local de rota, já que o ouro poderia seguir para o Rio de Janeiro por meio da terra ou por meio da água. (MULS, 2004).

Mesmo após o declínio da mineração, Itaguaí ainda assim teve papel relevante no período de ascensão do ciclo cafeeiro já no período imperial, por conta novamente de suas características geográficas. Itaguaí estava próximo ao Vale do Paraíba e seu solo por condições favoráveis possuía fazendas com plantações de café que iam em direção ao Vale, além de também possuir a função de abastecer com diversos gêneros alimentícios ao Rio de Janeiro, capital do Império. (Ibid, 2004).

No entanto, foi somente durante a década de 60 que se iniciou o processo de industrialização de Itaguaí. Segundo Nascimento (2016), no ano de 1962 iniciaram as atividades da fábrica Ingá Mercantil no bairro da Ilha da Madeira, entretanto, mesmo com a fábrica, Itaguaí ainda apresentava fortes características rurais. A empresa processava minério para produção de zinco de alta pureza, este processo gerou a acumulação de resíduos, o que levou a acumulação de material tóxico.

Nascimento (2016) e Ikeda (2017) apontam que durante os anos 70 tanto o município de Itaguaí como o bairro de Santa Cruz iniciam um projeto de industrialização, onde a região ganhou dois complexos industriais, o complexo de Itaguaí e de Santa Cruz.¹

1 Além destes complexos, também houve a criação do distrito industrial de Campo Grande, Queimados, Palmares

Rodrigues (2009) também aponta que durante a década de 70 Itaguaí e a Baía de Sepetiba receberam investimentos do governo federal para industrialização, que estavam previstos no I e II Planos Nacionais de Desenvolvimento (PNDs). Desse modo, nesta década se iniciou estudos para viabilidade da criação de um porto em Sepetiba. A inauguração do Porto aconteceu no ano de 1982, sob os cuidados da Companhia Docas do Rio de Janeiro (CDRJ). No início de sua operação, o Porto escoava carvão para Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) em Volta Redonda e alumina para Valesul em Santa Cruz.

Por conta da crise dos anos 80 e 90, o projeto de industrialização do município de Itaguaí não alcançou os objetivos esperados, assim, a economia da região voltou a se estagnar por conta da falta de investimentos do governo para o desenvolvimento industrial na cidade. (SANTIAGO, 2012).

Investimentos durante os anos de 2005 a 2015 no território

Nos anos 2000 se iniciaram os novos investimentos industriais no território, onde se constituíram em um cenário de incentivos por parte de políticas do governo federal, como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) junto a instituições financeiras, bancos nacionais como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDS), empresas transnacionais e em regiões consideradas estratégicas para abrigarem a infraestrutura necessária para tais megaprojetos, cujo objetivo era de interligar o mercado nacional com o latino-americano para escoamento de produção. Nesse cenário, a Companhia Siderúrgica do Atlântico (TKCSA) do Grupo ThyssenKrupp teve sua construção iniciada na Zona Industrial de Santa Cruz. (PACS, 2009).

O projeto para a construção da TKCSA foi lançado em 2006 e entregue no ano de 2009, a Companhia é formada por 27% pela Vale do Rio doce e por 73% pelo Grupo ThyssenKrupp. Bueno (2009) afirma que a construção siderúrgica é o maior investimento privado no Brasil, com cerca de 11,4 bilhões de reais dos quais 7 bilhões são aplicados no Brasil. Para o secretário de desenvolvimento econômico, energia, indústria e serviços do Estado do Rio de Janeiro, a geração de empregos é o principal ponto positivo do investimento, já que tem o objetivo de gerar cerca de 3,5 mil empregos diretos, além dos indiretos, que tende ser muito maior.

Conforme relatório do PACS desde a implantação e planejamento da obra da TKCSA já possuía uma série de denúncias. A empresa recebeu denúncias desde crimes trabalhistas a crimes ambientais. “Produtos químicos como

cádmio, zinco e chumbo vazaram em grande volume da falda Ingá Mercantil em sucessivos desastres nos últimos 20 anos. A cada nova dragagem e com as obras de instalação da TKCSA na Baía de Sepetiba esses metais pesados, antes assentados no assoalho oceânico, são revolvidos.” (PACS, 2009, p.47).

No ano de 2007 se iniciou a implantação da Companhia Siderúrgica Nacional no município de Itaguaí. Com investimento inicial em 7,89 bilhões de reais e mais de 18 mil postos de emprego direto durante a implementação e 3,5 milhões de empregos na operação. (NASCIMENTO, 2016). A empresa possui um terminal para exportação de grãos sólidos no Porto de Itaguaí (TECAR), além disto, a empresa Sepetiba Tecon que antes era uma associação entre a CSN e Companhia Vale do Rio Doce, no ano de 2009 passou ser inteiramente da CSN.

O Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB) se iniciou no ano de 2008, com parceria entre Brasil e França ao firmarem um programa de transferência de tecnologia, com o objetivo para construção de quatro submarinos convencionais e um submarino nuclear, de modo que essa transferência de tecnologia garanta a nacionalização das peças, equipamentos, sistemas e subsistemas para a elaboração dos submarinos. (ROSENDO e PEDONE, 2016).

Segundo a marinha, este empreendimento tem como preocupação a contribuição para o desenvolvimento da região. É nesse sentido, que ao final do projeto eles tem a expectativa de que 5.000 famílias de militares e funcionários civis para compor a força de trabalho. Em seu auge, o PROSUB estima gerar 22.017 empregos diretos e quase 40.000 indiretos. Eles também apontam a geração de impostos para o município, onde serão gerados cerca de 850 milhões de tributos federais, estaduais e municipais. Até o ano de 2014 foram pagos 276,15 milhões ao município de Itaguaí. Além do desenvolvimento de projetos sociais junto a população do município.²

No ano de 2010 se iniciou a construção do Porto Sudeste da LLX Sudeste Operações Portuárias e depois transferida para a MMX Mineração e Metálicos S.A., ambas do grupo EBX. O Porto Sudeste é um terminal portuário privado que movimentava grãos sólidos da região sudeste, principalmente do estado de Minas Gerais. As operações do Porto iniciaram em 2015 com capacidade de escoar 50 milhões de toneladas por ano de minério de ferro e com um investimento de 4 bilhões de reais. Atualmente, o Porto é controlado por

2 Consultado no site da Marinha do Brasil <<https://www.marinha.mil.br/prosub/responsabilidade-social>> Acesso em 18 de novembro de 2018

uma parceria entre a operadora mundial de terminais Impala e o fundo de investimentos Mundabala Development Company com o controle de 65% do empreendimento e 35% sob o controle da MMX.

Outro empreendimento na região que trouxe grandes polêmicas foi a criação do aterro sanitário no município de Seropédica.³ No ano de 2003 a Companhia Municipal de Limpeza Urbana (COMLURB) lançou um edital de licenciamento para implantação e operação do centro de tratamento de resíduos sólidos do município do Rio de Janeiro (CTR RIO). O valor estimado da obra era de 1.073.400 bilhões de reais. A empresa ganhadora do licenciamento foi a Júlio Simões Logística S/A que havia comprado a empresa que ficou em terceiro lugar na disputa para a construção da CTR, a S/A Paulista, esta era dona de um grande terreno em Seropédica e assim se formou a SERB, atual Ciclus Ambiental que opera o aterro em Seropédica. (PEREIRA, 2017).

A CTR iniciou suas operações no ano de 2011 e atualmente recebe cerca de 10 mil toneladas diárias de resíduos coletados de Seropédica, Itaguaí, Rio de Janeiro e outros municípios ao entorno.⁴ A empresa garante a proteção ambiental do local, através de uma tripla impermeabilização do solo para detectar vazamentos de chorume. No entanto, existem sérias preocupações com o local do empreendimento, visto que na área há o Aquífero de Piranema e a proximidade a uma agrovila de assentamento do Inera.

No ano de 2014 foi inaugurada na região a BR 493 – Rodovia Raphael de Almeida Magalhães (Arco Metropolitano). Esta obra de infraestrutura logística surgiu em um contexto de grandes investimentos para o estado do Rio de Janeiro em via de um projeto industrial para a região metropolitana do estado. O Arco corta oito municípios do Rio de Janeiro e um dos principais motivos para o desenvolvimento deste projeto foi a ligação entre o Porto de Itaguaí ao Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ) em Itaboraí.

Segundo a FIRJAN, a estimativa de empregos gerados com a construção do Arco é de 4.949 empregos diretos e indiretos, onde a maior parte desses empregos seria gerada no setor da construção civil, com 3.270 postos de trabalho, 66% deste setor. O segundo maior beneficiado seria o setor de comércio e serviços, seguido pelo setor de metalurgia e siderurgia. Os efeitos de longo prazo desta obra é a diminuição

dos custos de transporte, que trará efeitos tanto para o comércio exterior e para o PIB, além da arrecadação de impostos e emprego. Outro apontamento do estudo é o aumento populacional na região do empreendimento, o que levará a um aumento da demanda por serviços de infraestrutura.

Durante o período de 2011 a 2016 a FIRJAN divulgou por meio de um relatório, as principais intenções de investimentos para o estado do Rio de Janeiro, contando com investimentos públicos e privados. O estudo é feito anualmente, no entanto, ele tem uma projeção para três anos. Na tabela abaixo é possível verificar os investimentos em Itaguaí durante este período. No caso, os empreendimentos que são apresentados no relatório são: PROSUB, Arco Metropolitano e Porto Sudeste.

Tabela 1: Principais investimentos Itaguaí / RJ

Investimento	Setor	Município	Objetivo	Período	R\$ (bi)
Estaleiro da Marinha do Brasil – PROSUB	Ind. Naval	Itaguaí	Construção de embarcação	2011 – 2013	3,8
Porto do Sudeste	Tran./Log.	Itaguaí	Implantação	2011 – 2013	1,2
Arco Metropolitano	Tran./Log.	Vários	Implantação	2011 – 2013	0,2
PROSUB	Cons. Naval	Itaguaí	Implantação e construção da embarcação	2012 – 2014	5,2
Porto de Itaguaí	Tran./Log.	Itaguaí	Implantação e expansão/modernização	2012 – 2014	1,3
Porto do Sudeste	Tran./Log.	Itaguaí	Implantação	2012 – 2014	1,3
Terminal Usiminas	Tran./Log.	Itaguaí	Implantação	2012 – 2014	1,3
Arco Metropolitano	Tran./Log.	Vários	Implantação	2012 – 2014	0,3
PROSUB	Cons. Naval	Itaguaí	Implantação	2014 – 2016	7,7
Arco Metropolitano	Tran./Log.	Vários	Implantação	2014 – 2016	0,2

Decisão Rio, 2014, 2015 e 2017.

Transformações socioeconômicas

Itaguaí é um município da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ) com uma área total de 275,9 quilômetros quadrados, correspondentes a 4,1% da área da Região Metropolitana. Itaguaí faz fronteira com o bairro de Santa Cruz (Rio de Janeiro) e também é limite com os municípios de Seropédica, Piraí, Paracambi, Rio Claro, Mangaratiba. Segundo o Censo de 2010, a população total do município era de 109.091, constituída por 104.209 população urbana e 4.882 populações rural. A estimativa para a população no ano de 2018 é de 125.913 pessoas.

3 A localização do empreendimento faz limite com o município de Itaguaí

4 Consultado no site da Ciclus <http://www.ciclusambiental.com.br/ciclus_ctr.php> Acesso em 18 de novembro de 2018

Tabela 5: Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal e seus componentes – Itaguaí / RJ

Período	População urbana	População rural	População total
1970	17.500	38.339	55.839
1980	76.205	13.926	90.131
1991	96.083	16.974	113.057
2000	78.208	3.795	82.003
2010	104.209	4.882	109.091

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2018

Comparando o Censo do ano 2000 ao Censo do ano de 2010, a população de Itaguaí teve um aumento em cerca de 33% da sua população total, onde 95,52% representam a população urbana e 4,48% a população rural do município.

A composição da faixa etária também é um indicador importante de análise para medir a população economicamente ativa (PEA). Este indicador mede a razão de dependência e a razão de envelhecimento da população. Segundo dados do Atlas Brasil, a razão de dependência do município de Itaguaí diminuiu de 51,71% para 44,05% em 2010. Houve uma variação de 14,81% representando a diminuição da dependência em relação a população de 15 a 64 anos. Entretanto, a taxa de envelhecimento do município aumentou de 4,93 em 2000 para 6,08 em 2010.

Também se deve destacar a diminuição de mortalidade infantil no município, que sofreu uma queda de 21,7% em 2000 para 15,7% em 2010. A esperança de vida ao nascer - componente para medir o Índice de Desenvolvimento Humano apresentou um aumento de 7,89% no período de 2000 a 2010. Enquanto a taxa de fecundidade neste mesmo período sofreu uma diminuição de 19,23%. (ATLAS BRASIL, 2013).

O IDH também é um indicador de importância para medir o nível de desenvolvimento humano de uma população. Ele surgiu como uma alternativa ao PIB, que era a medida utilizada para avaliar o grau de desenvolvimento de um país. O IDH leva em consideração três variáveis que representam a oportunidade de uma sociedade ter vida longa e saudável – longevidade, o acesso ao conhecimento - educação e o padrão de vida digno – renda. (PNUD, 2013)

Em 2008, a FIRJAN lançou um estudo anual de desenvolvimento socioeconômico dos municípios brasileiros. O Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM) utiliza os componentes, educação, longevidade, emprego e renda e sua interpretação é a mesma do IDH, a única diferença é que este indicador é anual.

Período	IFDM	Educação	Saúde	Emprego e Renda
2005	0,6510	0,5304	0,6311	0,7914
2006	0,6853	0,5351	0,6242	0,8865
2007	0,7018	0,6064	0,6408	0,8582
2008	0,7216	0,6396	0,6492	0,8760
2009	0,7373	0,6854	0,6646	0,8620
2010	0,7728	0,7092	0,6765	0,9328
2011	0,7530	0,7201	0,6888	0,8502
2012	0,7897	0,7324	0,7337	0,9030
2013	0,7813	0,7667	0,7730	0,8042
2014	0,7962	0,7940	0,8076	0,7870
2015	0,7603	0,7931	0,8131	0,6748

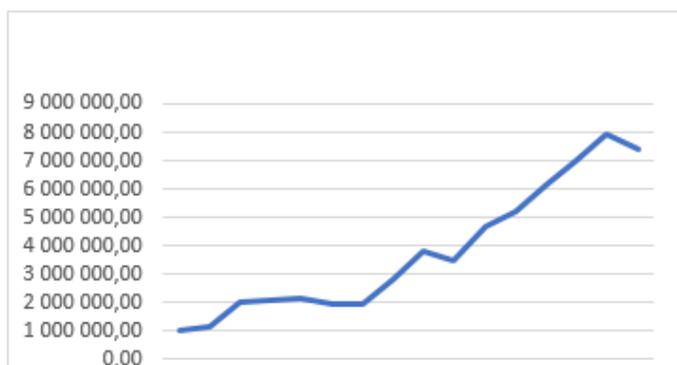
Fonte: FIRJAN, 2018

O componente que apresenta maiores valores é o de emprego e renda, enquanto que o índice de saúde ao longo dos anos tem uma tendência crescente, assim como o índice de educação que era o componente com menor participação no IFDM total.

A renda per capita média do município de Itaguaí também cresceu nas duas últimas décadas, no ano de 1991 era de 324,74 reais, no ano 2000 era de 493,91 reais e em 2010 era 635,50 reais. A taxa média anual de crescimento de 1991 a 2000 foi de 4,77% e entre 2000 a 2010 foi de 2,55%. O nível de concentração de renda no município medido pelo Índice de Gini entre os anos de 1991 a 2010 sofreu uma pequena queda. Entre 1991 a 2000 o índice permaneceu o mesmo no valor de 0,52, enquanto que de 2000 a 2010 diminuiu para 0,47. Pelo valor do índice de Gini a distribuição de renda em Itaguaí ainda é bastante concentrada.

O PIB a preços correntes do município de Itaguaí a partir do ano de 2006 apresenta uma tendência de crescimento assídua. Em 2007 o PIB da cidade era 2.883.849 bilhões, em 2010 ele cresceu em torno de 64% e era de um montante de 4.649.831 bilhões de reais. Comparando o PIB de 2014 ao de 2007, houve uma variação de crescimento em 180%. O PIB do ano de 2014 estava em 7.930.533,65. O PIB de 2015 comparado ao de 2014 sofreu uma redução em torno 6,63%. Pode-se observar que no período de maior variação do PIB de Itaguaí a maioria dos empreendimentos feitos na região já estavam em operação.

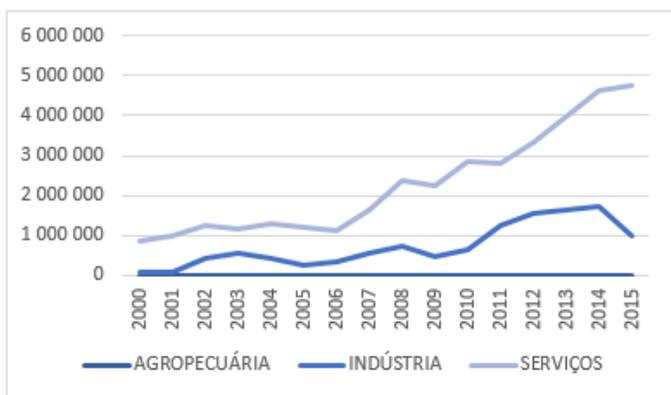
Gráfico 1: Produto Interno Bruno (preços correntes) – Itaguaí / RJ



Fonte: Elaborado pela autora com dados do IBGE

O setor de prestação de serviços mostrou grande influência no PIB de Itaguaí. Desde 2005 a 2015 a participação deste setor variou entre 50% a 60% do total do PIB. A indústria durante o mesmo período de tempo também apresentou crescimento, salvo o ano de 2015, que sofreu uma redução de participação, voltando a patamares semelhante ao ano de 2005, em peso, no PIB total. Em 2005 o setor industrial representava 13% do PIB do município, e em 2015 retorna a este mesmo percentual. O setor agropecuário é o que apresenta menor participação, mesmo com crescimento ao longo dos anos. Entretanto, em termos percentuais, o valor é de pouca expressão.

Gráfico 2: Valor Adicionado Bruto (a preços correntes) – Itaguaí / RJ



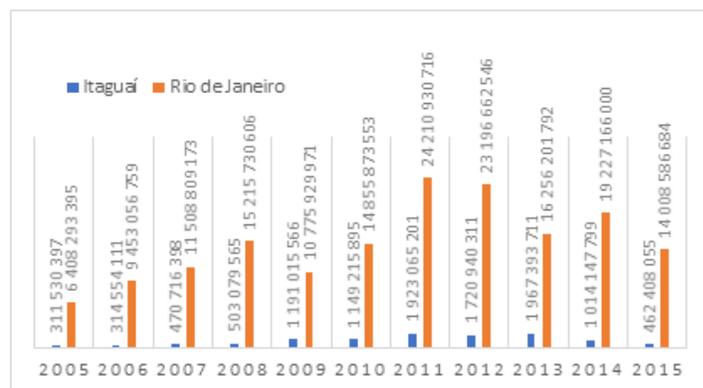
Fonte: Elaborado pela autora com dados do IBGE

As exportações do município de Itaguaí durante 2005 a 2015 se mostraram crescentes, salvo 2015, quando este valor volta a decrescer. Entre 2005 e 2013 as exportações do município se elevaram em um total de 532%. Em 2013 as exportações apresentaram o seu maior valor e repre-

sentaram 12% das exportações do Rio de Janeiro. Com isto, neste ano, o saldo da balança comercial do município foi o que apresentou maior valor, num montante de 1.901.843.237 reais.

Ainda segundo o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC), os principais países de destino das exportações do município de Itaguaí são: Portugal, China, Estados Unidos, Japão, Coreia do Sul, Turquia, Baren, Argentina, Bélgica e Uruguai.

Gráfico 3: Exportações Estado Rio de Janeiro e Município de Itaguaí



Fonte: Elaborado pela autora com dados do MDIC

Gráfico 4: Saldo Balança Comercial Itaguaí / RJ



Fonte: Elaborado pela autora com dados do MDIC

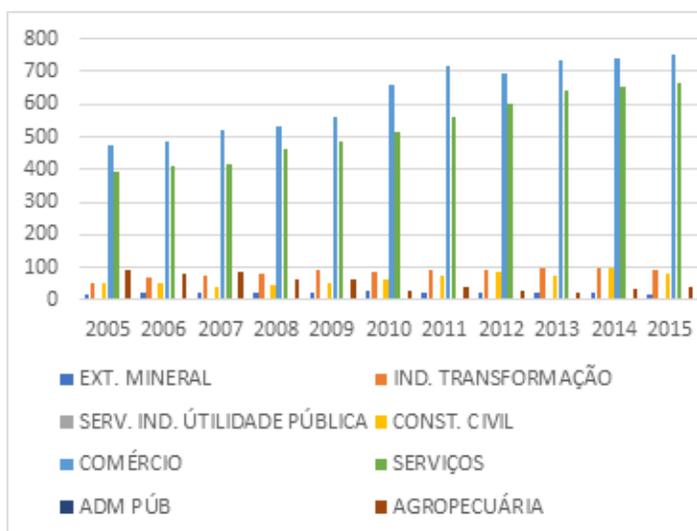
Outro indicador a ser analisado é o número de estabelecimentos existentes no município de Itaguaí. Entre o período de 2005 e 2015 teve um aumento de 54%. Em comparativo, quase todos os setores tiveram taxas de crescimento, com exceção do setor agropecuário, que, em 2005 apresentava 89 estabelecimentos, e em 2015 um total de 38, uma redução de aproximadamente 57%. Setores da administração pública e serviços industriais de utilidade pública apresentam uma pequena variação de crescimento. O setor

de extração mineral também apresentou uma redução durante este período, na verdade este setor ao longo dos anos oscilou em número de estabelecimentos. Vale lembrar, que a atividade mineradora tem uma relevância econômica para o município por conta dos campos de extração de areia.

O setor de comércio é que mantém o maior número de estabelecimentos, no ano de 2005 era de 472 unidades e em 2015 de 753 unidades. Com o segundo maior número de estabelecimentos, o setor de serviços apresentou um crescimento de 70% entre 2005 e 2015. A variação entre os dois setores pode ser explicada pelo aumento populacional que o município teve durante estes anos e por isto se faz necessário este tipo de serviço.

O setor de construção civil durante estes onze anos também apresentou um crescimento, de 2005 a 2015 o número de estabelecimentos deste setor dobrou, um crescimento que pode ser analisado pelo surgimento dos grandes projetos de investimento na região. A indústria de transformação também passou por um crescimento, em 2005 ela apresentava um total de 53 unidades e em 2015 um total de 92 unidades, um aumento de 74%.

Gráfico 5: Número de estabelecimento por setor – Itaguaí / RJ

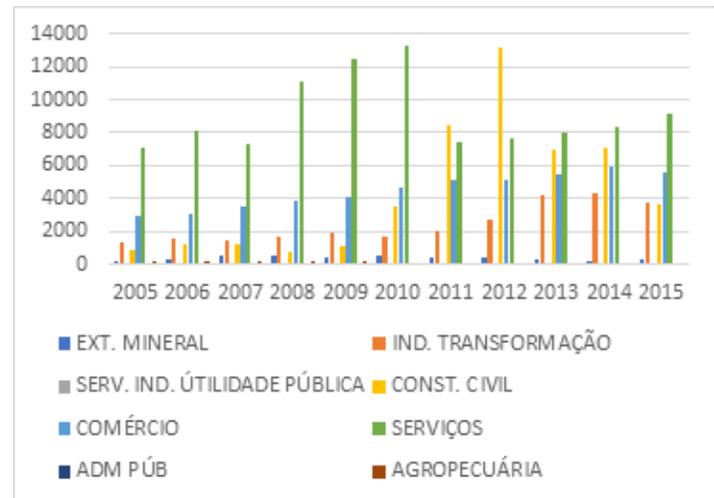


Fonte: Elaborado pela autora com base em dados da RAIS

Enquanto que o número de empregos por setor mostra que quem mais empregou durante o período mencionado foi o setor de serviços, tendo como os anos de maior expressão 2008 a 2010. Após 2010, sofreu uma queda de expressão, perdendo espaço para a construção civil nos anos de 2011 e 2012. O setor de comércio até 2010 era o segundo maior em números de empregados, porém em 2011, por conta do crescimento da construção civil, sofre uma queda para

a terceira posição, quando, apenas no ano de 2015, voltaria a ter um montante maior de empregados do que o setor da construção civil.

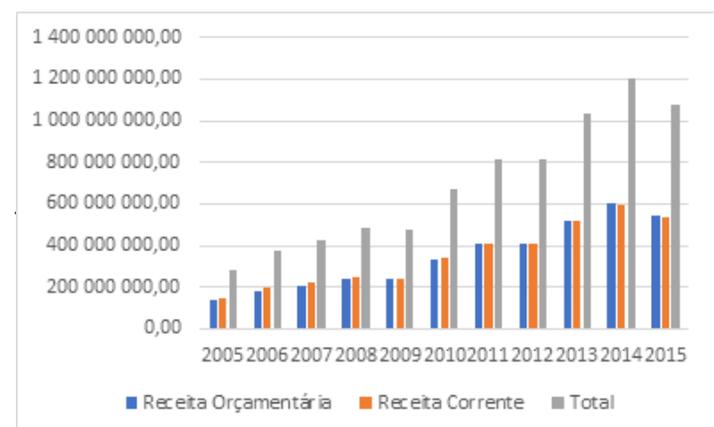
Gráfico 6: Número de empregos por setor – Itaguaí/ RJ



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da RAIS

Em relação as finanças de Itaguaí, neste período analisado também houve um aumento do total de suas receitas, no gráfico abaixo são apresentadas o montante da receita orçamentária e receita corrente do município. Em 2014, ano em que as receitas apresentaram o maior montante em um total de 1.201.337.367,03. Comparando o ano de 2014 ao de 2005 as receitas aumentaram cerca de 332%.

Gráfico 7: Evolução Receita Orçamentária e Corrente – Itaguaí / RJ



Fonte: Elaborado pela autora com dados do FINBRA

Itaguaí ao longo dos anos passou por diversas transformações, deixando de lado a sua economia marcada por atividades agrícolas e passando a assumir uma atividade econômica cada vez mais terceirizada. Além do grande montante de capital, seja via dinheiro público ou privado, ingressando na região.

O modelo de desenvolvimento em Itaguaí

Os projetos de investimentos na região se instalaram muito pela questão logística e geográfica de Itaguaí, que deste o início da história da cidade, este foi um dos fatores de grande impacto para as fontes de economia que ali existiram. Nos últimos anos, os benefícios para a instalação dos grandes investimentos não apenas em Itaguaí, mas em Santa Cruz aumentaram. Seja por questões da área disponível para tais empreendimentos, seja por questões de infraestrutura, logística e também pelos incentivos fiscais oferecidos pelo governo para a instalação dos projetos.

Mensentier e Lima (2013) destacam a questão do uso dos incentivos fiscais feito pelo governo federal para o setor de exportação. A desoneração para esse setor se justifica para que aumente a competitividade das exportações brasileiras e assim diminua a vulnerabilidade externa da economia e melhorar as condições da balança comercial brasileira. Essa política também foi adotada pelos estados. No Rio de Janeiro, no ano de 1990 foi criada o Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social do Rio de Janeiro (FUNDES), a Companhia de Desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro (CODIN) e a Agência de Fomento do Estado do Rio de Janeiro (INVESTRIO), juntas essas instituições são responsáveis pela concessão de empréstimos, financiamentos e desonerações, isenções fiscais a grupos industriais.

De fato, pelo contexto histórico do município evidencia que o processo de crescimento econômico da região seria difícil pela ação local, visto que sua economia até o período da entrada desses novos investimentos se encontrava sem grandes dinamismos. Com os investimentos, mesmo que sendo externos ao município, foi possível que houvesse um crescimento econômico no município e a chance de ser alcançado um desenvolvimento também.

Pela construção histórica do município de Itaguaí fica visível que os processos de transformações econômicas da cidade não foram construídos de forma interna ao local. Foi através de programas do governo federal que Itaguaí passou a receber as transformações em seu território, antes

no primeiro projeto de industrialização da cidade, ainda no governo militar com os PNDs e anos mais tarde através do PAC. Esses projetos de investimento focados na industrialização são totalmente exógenos ao local e a realidade existentes tanto do território como da população que ali existe.

De fato, não se pode negar que estes projetos externos ao município geraram mudanças econômicas. Como apresentado nos dados deste trabalho, há uma forte influência do setor de serviços no PIB de Itaguaí, como em grande parte em outras cidades brasileiras. Essa grande participação do setor de serviços na economia do município deve-se dar em decorrência das atividades portuárias, que estão ligadas a questões de transporte, logística, e por consequência influenciou uma série de outras atividades ligadas a este setor também. Com o aumento da população, a imigração de mão de obra para a cidade, serviços, como hospedagem, alimentação, transporte e telecomunicações também passaram a estimular a terceirização da economia local.

Conforme os dados apresentados, também foi perceptível o aumento dos empregos e número de estabelecimentos na construção civil. Esta atividade é a terceira que mais empregou no município durante os anos analisados. Entre 2011 e 2012 este setor foi o que mais empregou na cidade, lembrando que neste período alguns investimentos na região ainda estavam em fase de construção e por este motivo pode-se dizer que houve um transbordamento para esta atividade. No entanto, já no ano de 2015 há uma queda tanto de número de estabelecimentos, como no número de empregos gerado pela atividade. Em comparação ao ano de 2014, no ano de 2015 houve uma queda de cerca de 18% no número de estabelecimentos da construção civil.

A atividade econômica que desempenha maior volume em número de estabelecimentos, ainda é o comércio. Com o dinamismo da economia de Itaguaí, com maior número de habitantes e com grandes investimentos na região, é natural que esta atividade tenha se desenvolvido para acompanhar o ritmo e necessidades da população que surgiram no município. No entanto, em questões de número de empregados a atividade de construção civil apresentou durante os anos analisados o maior percentual de crescimento em postos de trabalho. Já em número de estabelecimentos, a atividade de serviços apresentou uma maior variação de crescimento.

Apesar do município em geral ter sido impactado com os investimentos na região, há ainda muitas críticas em relação aos empregos gerados por essas empresas, pois por falta de mão de obra qualificada no local, as empresas acabam contratando mão de obra de fora. Um exemplo disto, é apontado no relatório elaborado pelo PACS (2009) a res-

peito da TKCSA, no qual aponta que mesmo durante o processo de construção da usina, onde não necessitaria de uma mão de obra especializada, este serviço foi terceirizado por empreiteiras, de modo que os trabalhadores contratados não pertenciam a região.

Cabe destacar que a vinda destes trabalhadores, sem haver um planejamento por parte do governo municipal, incha os bairros próximos ao canteiro de obras, aumenta a pressão sobre as áreas naturais e acentua processos de favelização. Outra consequência é a inflação dos preços de alugueis e sobrecarrega os serviços públicos de educação, saúde e previdência. (PACS, 2009, p.41).

Esses empreendimentos localizados no entorno da Baía de Sepetiba, por questões de fragilidade da região em questões de desenvolvimento, acabam se tornando atrativos para esses grupos de empresas, pelas questões logísticas e de custos. A população local sofre pelos índices de pobreza, pouco acesso a serviços de saúde, educação e com um território ainda pouco urbanizado. Somados esses fatores, se tornam atrativos para que essas empresas, por facilidades em até mesmo oferecer baixos salários para a população, baixos custos com alugueis e menor visibilidade da opinião pública. É nesse cenário, que o poder público busca atrair investimentos para o território, se beneficiando da pouca participação da população na política e na economia.

Também deve ser levantado as questões ambientais da região, que com a chegada dos investimentos foram cada vez mais ficando marginalizadas aos interesses do poder público local. Foi na década de 90 em que ocorreu o primeiro impacto ambiental, com a Companhia Ingá Mercantil que deixou um passivo ambiental, por conta do vazamento de detritos tóxicos. PACS (2009) destaca que os manguezais e a vegetação da Baía foram atingidos e a pesca na região reduziu-se em cerca de 60%, na época a Baía de Sepetiba era o principal abastecedor de peixes do estado.

A Baía de Sepetiba em perspectiva ambiental possui importantes ecossistemas e áreas ainda preservadas da Mata Atlântica, além de abrigar espécies nativas de aves e em risco de extinção. No entanto, Lopes (2013) também destaca problemas ambientais existentes na Baía, como o recebimento de esgoto da região metropolitana do Rio de Janeiro, o lançamento de efluentes das indústrias que estão no entorno da Baía. Estes são fatores que evidenciam a fragilidade ambiental deste local.

O bairro da Ilha da Madeira, em Itaguaí, também

sentiu o impacto ambiental causados pelos empreendimentos na Baía de Sepetiba. A economia da Ilha da Madeira era caracterizada pela atividade pesqueira artesanal, no entanto, com a poluição causada por esses investimentos, a atividade hoje sobrevive as mudanças ocorridas no território, a restrição a pesca causada pela poluição da água e pelos empreendimentos portuários.

Além desses fatores, durante os últimos anos houve denúncias em relação ao mau gerenciamento dos recursos públicos da cidade. Nesse sentido, Ikeda (2017) aponta que durante 2013 e 2015 os órgãos competentes do Estado iniciaram uma fiscalização da gestão financeira do município.

A atuação conjunta da Polícia Federal e do Tribunal de Contas do Estado, que possibilitou uma avaliação técnica e precisa das investigações dos agentes policiais embasados pela leitura e análise do TCERJ, o que levou nas investigações da polícia judiciária federal a extensão das diligências entre 2013 e a contemporaneidade. (IKEDA, 2017, p. 72).

Em 2015, o então prefeito, Luciano Mota foi afastado de suas funções por suspeita de desvio de verbas de royalties do petróleo e do Sistema Único de Saúde (SUS), as acusações contra o ex-prefeito apontaram que ele desviou dos cofres públicos entre 10 a 30 milhões de reais. (G1, 2015). Outro fator que evidencia o escândalo de corrupção no município é o fato do prefeito, segundo a Polícia Federal, desde que assumiu a prefeitura de Itaguaí ter adquirido cinco veículos de luxo e um helicóptero. (O GLOBO, 2015).

O atual prefeito de Itaguaí, Carlos Bussato Júnior, mais conhecido como Charlinho, que também foi prefeito de Mangaratiba entre 1997 a 2004 e de Itaguaí entre 2005 a 2012 também foi investigado por crimes de corrupção passiva e fraude em licitação realizada em 2006. “Nas eleições de 2016, Charlinho foi o candidato a prefeito mais rico da Baixada Fluminense. Com patrimônio de 26 milhões de reais, o volume de bens cresceu 550% desde a sua última eleição. Em 2008, Charlinho declara 4 milhões de reais.” (EXTRA, 2016).

Contudo, é nesse cenário de um local dominado pelo capital de grandes empreendimentos externos a região, somado a uma ineficiência do próprio poder administrativo municipal que se conclui o modelo de desenvolvimento aplicado em Itaguaí. O que foi visto ao longo de todas as informações e dados a respeito desta região, é que houve

pelo capital de grandes empreendimentos externos a região, somado a uma ineficiência do próprio poder administrativo municipal que se conclui o modelo de desenvolvimento aplicado em Itaguaí. O que foi visto ao longo de todas as informações e dados a respeito desta região, é que houve um crescimento econômico na cidade, porém em perspectivas de um desenvolvimento local incluyente não é isto que ocorreu durante estes anos no território.

Por fim, Itaguaí está dentro desse processo e modelo de desenvolvimento que não é pautado em reais condições para valorização do território, pois o que se foi apresentado ao longo desses anos de grandes investimentos na região foi o contrário. Empreendimentos que trouxeram transformações para a região, no entanto, acompanhadas de externalidades negativas, seja em relação a questões ambientais, sociais, culturais, configurando um espaço e a identidades daqueles que ali moram. Não se pode afirmar que este modelo de desenvolvimento foi sustentável, pois pelos fatores já mencionados o que o ocorreu foi justamente o contrário.

Conclusão

Pelo histórico do município de Itaguaí, é possível afirmar que a cidade não desenvolveu atividade econômica especializada ou que estivesse relacionada com sua história. A sua maior característica é o fato de ser uma cidade privilegiada por conta da sua estrutura logística, que sempre beneficiou todas atividades produtivas que ali se instalaram. Assim, Itaguaí já a partir de meados do século passado, por conta de políticas externas, cujo objetivo era a industrialização e urbanização do território passou a ter um crescimento desordenado.

Não houve interesse ou capacidade do próprio poder local em buscar alternativas produtivas para o município, que de certa forma trariam o desenvolvimento local para a cidade. As duas atividades econômicas, tanto agricultura como a pesca, já não trazem resultados relevantes para a economia do município em face a toda deterioração do ambiente e disputa com os grandes empreendimentos na região. Assim, Itaguaí passa a ter sua economia dependente desses investimentos públicos e privados, isto resultante de uma insuficiência em promover um desenvolvimento de forma endógena.

De fato, pelas características de Itaguaí e pela ausência de força entre o poder público e a sociedade, muito difícil seria impedir a entrada desse capital no município. O problema não foi a cidade ter recebido durante os últimos anos um grande volume de investimentos, mas sim o modo como eles se deram e se desenvolveram. Não houve articulação com o que já existia no local, não se explorou as potencialidades que ali já existiam, não mobilizou e organizou a população. Foram medidas tomadas de forma externa ao território, não respeitando as características, a história, a cultura, as estruturas produtivas e questões ambientais do local.

Outro ponto que deve ser levantado a respeito do município foi a falta de governabilidade por parte do poder público local, além de nos últimos anos o envolvimento com casos de corrupção com desvio de verba pública, prejudicando investimento em áreas primordiais para a população. Fica evidente a incapacidade e até mesmo interesse dos representantes políticos do município em ter construído uma base sólida para que o capital que entrasse na cidade se transferisse numa melhora de vida para a população, em articulação com os empreendimentos para se gerar uma maior absorção de mão de obra local, melhorar os níveis de qualificação desta mão de obra, e assim gerar uma maior inclusão dos moradores com o processo de transformação que ocorreu no território.

O desenvolvimento local tem por característica que a economia não seja dependente de recursos externos ou de transferências governamentais, que não seja baseada na entrada de um capital externo, que não transborde e se internalize, e que por fim não gere mudanças sociais e organizacionais para a região. O que ocorre no município de Itaguaí não pode ser entendido como um processo de desenvolvimento local, onde ao longo desses anos de grande investimento na região, não ocorreu um transbordamento real de melhorias e mudanças positivas para a população, o que se viu foi a entrada de um capital produtivo sem raízes com o local.

Para que haja o desenvolvimento, o que deveria acontecer é uma integração com o poder público municipal, os empresários locais e a sociedade civil. São as articulações entre esses agentes que promoverão a internalização das transformações econômicas, das externalidades positivas que essas mudanças trouxeram e ainda podem trazer. É através desta relação, que se pode ampliar a participação do município na atividade econômica que a região tem exercido nos últimos anos,

conduzindo a um processo de integração e desenvolvimento local.

Não há como não questionar o modo totalmente exógeno, baseado em políticas que pouco se preocuparam com a realidade do local, em que estavam preocupadas em gerar infraestrutura necessária para o tão almejado crescimento econômico e um saldo positivo nas exportações brasileiras. Mas também não há como negar, que a entrada de um grande capital, de investimentos em uma região caracterizada por vulnerabilidades econômicas e sociais trazem ao mesmo tempo esperança para a população de melhorias de vida e progresso.

Porém, quando este progresso não ocorre, quando as vulnerabilidades ainda estão presentes e o que é visto é apenas uma maior exclusão daqueles que mais necessitam, é apenas a continuação de um modelo que beneficia a poucos e a sociedade arcando com os prejuízos. É o Estado atuando junto ao capital privado nacional e estrangeiro com o objetivo de exploração de recursos naturais e logísticos.

Contudo, o que se pode concluir deste modelo de desenvolvimento aplicado no município de Itaguaí é que de fato ele resultou em um crescimento econômico para a cidade, os números apresentados explicitam isto. No entanto, em questões sociais, políticas, ambientais, ainda é perceptível a vulnerabilidade da população local frente a esses empreendimentos. Esses investimentos na região foram a esperança para que ela se desenvolvesse, no entanto, ficou evidente que estes projetos partiram de fora e sem a articulação da própria população e do poder público municipal em pensar em formas de inserção nas transformações que o município passou nestes últimos anos.

Referências

ALBUQUERQUE, Francisco. Desenvolvimento econômico local e distribuição do progresso técnico. Fortaleza: BNB, 1998.

ATLAS BRASIL. Itaguaí, RJ, 2013. Disponível em < http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/itaguai_rj#renda#caracterizacao> Acesso em 19 de nov. de 2018.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. Estratégia de desenvolvimento e as três frentes de expansão no Brasil: um desenho conceitual. Economia e Sociedade, Campinas, v. 21, Número Especial, p. 729-747, dez. 2012.

BUARQUE, Sergio C. Construindo o desenvolvimento local sustentável. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

BRANDÃO, Carlos. Território e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global. Campinas: Editora da Unicamp, 2012.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Desenvolvimento, crescimento e salário. Textos para discussão da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, nº 169, p. 1-34, ago. 2008.

BUENO, Júlio. Com a instalação da TKC-SA, abre-se o caminho para instalação de um pólo metal-mecânico naquela área. Rio de Janeiro: Jornal dos Economistas, nº 239, jun. 2009. Disponível em <<http://www.corecon-rj.org.br/anexos/3636573B-3E6076352CDEA708A5455979.pdf>>. Acesso em 17 de nov. 2018.

CICLUS AMBIENTAL. Centro de Tratamento de Resíduos (CTR RIO). Disponível em <http://www.ciclusambiental.com.br/ciclus_ctr.php>. Acesso em 18 nov. 2018.

EXTRA. Prefeito eleito em Itaguaí é condenado a prisão pela 'Máfia das Sanguessugas.' EXTRA, Rio de Janeiro, 2016. Disponível em <<https://extra.globo.com/noticias/extra-extra/prefeito-eleito-de-itaguaei-condenado-prisao-pela-mafia-das-sanguessugas-20568558.html>>. Acesso em 28 nov. 2018.

FINBRA – Finanças do Brasil. Dados contábeis do município de Itaguaí. Disponível em < <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/finbra-financas-municipais>>. Acesso em 19 nov. 2018.

FIORI, José Luís. Globalização econômica e descentralização política: um primeiro balanço. Ensaio FEE, Porto Alegre, v.15, nº2, 1994.

FIRJAN - Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro. Avaliação dos impactos logísticos e socioeconômicos da implantação do Arco Metropolitano do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, nº 3, jul. 2008.

_____. Decisão Rio 2011.2013. Rio de Janeiro, 2014. Disponível em < <https://www.firjan.com.br/publicacoes/publicacoes-de-economia/decisao-rio.htm>>. Acesso em 3 dez. 2018.

_____. Decisão Rio 2012.2014. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em < <https://www.firjan.com.br/publicacoes/publicacoes-de-economia/decisao-rio.htm>>. Acesso em 3 dez. 2018.

_____. Decisão Rio 2014.2016. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em < <https://www.firjan.com.br/publicacoes/publicacoes-de-economia/decisao-rio.htm>>. Acesso em 3 dez, 2018.

_____. Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal de Itaguaí. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em < <https://www.firjan.com.br/ifdm/consulta-ao-indice/>>. Acesso em 19 nov. 2018.

FURTADO, Celso. Teoria e política do desenvolvimento econômico. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

G1 RIO. Prefeito de Itaguaí, RJ, é afastado após denúncias de corrupção. G1 Rio de Janeiro, 2015. Disponível em < <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2015/03/prefeito-de-itagua-i-rj-e-afastado-apos-denuncias-de-corrupcao.html>>. Acesso em 28 nov. 2018.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro. Itaguaí, 2018. Disponível em < <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/itagua-i/panorama>> Acesso em 19 de nov. de 2018.

IKEDA JÚNIOR, Riyuzo. Gestão social e controle social no bairro carioca de Santa Cruz e Itaguaí

– RJ: um olhar sobre o desenvolvimento local no território dos megaempreendimentos. 2017. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas) – Instituto de Ciências Sociais Aplicada, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, RJ.

LOPES, Vera de Fátima Maciel. Era uma vez a ilha de pescadores artesanais: impactos socioambientais dos grandes complexos industriais, conflitos e resistência. (Ilha da Madeira/ Itaguaí/ RJ). 2013. Tese (Doutorado em Meio Ambiente) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, RJ.

MARINHA DO BRASIL. Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB). Disponível em < <https://www.marinha.mil.br/prosub/>>. Acesso em 18 nov. 2018.

MDIC – Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. Exportação e Importação Municípios. Disponível em < <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/municipio/>>. Acesso em 19 nov. 2018.

_____. Município de Itaguaí (RJ). Disponível em < <http://www.mdic.gov.br/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior/comex-vis/frame-municipio?municipio=3302007>>. Acesso em 19 nov. 2018.

MESSENTIER, Allan; LIMA, Rodrigo. TKCSA: um paraíso fiscal em Santa Cruz. PACS, Rio de Janeiro, 2013.

MULS, Leonardo Marco. O desenvolvimento econômico local do município de Itaguaí: o capital social e o papel das micro, pequenas e médias empresas. 2004. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, RJ.

_____. Desenvolvimento local, espaço e território: o conceito de capital social e a importância da formação de redes entre organismos e instituições locais. *Economia*, Brasília (DF), v.9, n.1, p. 1-21, jan/abr 2008.

NASCIMENTO, Carlos Alberto Sarmento. Uma análise sobre a política pública do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos (SCFV), em um território marcado pela mudança: o caso do município de Itaguaí (RJ). 2016. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas) – Instituto de Ciências Sociais Aplicada, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, RJ.

O GLOBO. Investigado por desvio de verba, ex-prefeito de Itaguaí Luciano Mota é expulso do PSDB. O GLOBO Rio de Janeiro, 2015. Disponível em < <https://oglobo.globo.com/rio/investigado-por-desvio-de-verba-ex-prefeito-de-itagua-i-luciano-mota-expulso-do-psdb-15918849>>. Acesso em 28 nov. 2018.

PACS, Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul. Companhia Siderúrgica do Atlântico – TKC-SA impactos e irregularidades na Zona Oeste do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2009.

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Brasileiro. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2013.

RAIS – Relação Anual de Informações Sociais. Estabelecimentos por setor Itaguaí. Disponível em < <http://bi.mte.gov.br/bgcaged/inicial.php>>. Acesso em 19 nov. 2018.

_____. Empregos por setor Itaguaí. Disponível em < <http://bi.mte.gov.br/bgcaged/inicial.php>>. Acesso em 19 nov. 2018.

RAPOSO, Eduardo. O federalismo, os ciclos da política econômica brasileira e o desenvolvimento do Nordeste (Governos de Dutra a Lula). Cadernos do Desenvolvimento. Ano 5, nº 7. Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2010.

RODRIGUES, Rejane Cristina Araújo. Modernização dos portos: análise das transformações na estrutura portuária do país e dos impactos na região da Baía de Sepetiba (RJ). In. Encontro de Geógrafos da

América Latina, 2009, Montevidéo. Anais 12º Encontro de Geógrafos da América Latina. Montevidéo, Universidad de la Republica, 2009, v.1, p. 33-47.

ROSENDON, Roberto Cezar; PEDONE, Luiz. PROSUB – Programa de Desenvolvimento de Submarinos: Contribuições para consolidação da base industrial de defesa marítima brasileira. Revista da Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, v. 22, nº1, p. 33-68, jan/abr 2016.

SACHS, Ignacy. Desenvolvimento incluyente, sustentável sustentado. Rio de Janeiro: Garamound, 2008.

SANTIAGO, Kássia Priscila Maciel. Reestruturação urbana e violência: um estudo de caso sobre segurança pública na cidade de Itaguaí (RJ) entre os anos de 2002 e 2010. 2012. TCC (Curso de Especialização em Políticas de Planejamento Urbano e Regional) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, RJ.